



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682424 - MG (2021/0232854-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JANDER DE LIMA MARQUES
ADVOGADO : JANDER DE LIMA MARQUES - MG099244
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HELIO DE SOUZA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELIO DE SOUZA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.000.21.118648-1/000).

O paciente, condenado em 29/6/2020 à pena de 13 anos e 10 dias de reclusão pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, por duas vezes, na forma do art. 69 do Código Penal, teve negado o direito de recorrer em liberdade, mantendo-se preso preventivamente desde 10/1/2020 para a garantia da ordem pública.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo no julgamento da apelação interposta contra a sentença penal condenatória proferida pelo tribunal do júri. Alega que o recurso interposto no dia 28/7/2020 ainda pende de análise pelo Tribunal de origem.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência